Faculdade
de Ciências Econômicas
UFRGS

análise econômica

- ◆ **UM SÉCULO DE INFLAÇÃO:
A EVIDÊNCIA EMPÍRICA**
Fábio Sá Earp
- ◆ **REGIÕES-CHAVE NA INTEGRAÇÃO
ECONÔMICA REGIONAL**
Nali de Jesus de Souza
- ◆ **THE SRAFFIAN INTERPRETATION
OF RICARDO: A CRITIQUE**
José Ricardo Bezerra Nogueira
- ◆ **QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE
E FALHAS DE MERCADO**
Francisco de Sousa Ramos
- ◆ **EFEITOS ECONÔMICOS DE ESTRATÉGIAS
DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES**
Wilson da Cruz Vieira
- ◆ **"KEYNESIANS", MONETARISTS, NEW
CLASSICALS AND NEW KEYNESIANS**
Fernando Ferrari Filho
- ◆ **DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DO TRABALHO
NA INDÚSTRIA BRASILEIRA**
Antonio Lisboa Teles da Rosa
- ◆ **CURSO DE EXTENSÃO EM ECONOMIA
PREPARATÓRIO PARA A ANPEC**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Héglio Henrique Casses Trindade

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Diretor: Prof. Pedro César Dutra Fonseca

CENTRO DE ESTUDOS E PEQUISAS ECONÔMICAS

Diretor: Prof. Paulo Alexandre Spohr

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Chefe: Prof. Gentil Corazza

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Coordenador: Prof. Roberto Camps Moraes

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL

Coordenador: Prof. Aray Miguel Feldens

CONSELHO EDITORIAL: Achyles Barcelos da Costa, Aray Miguel Feldens, Atos Freitas Grawunder, Carlos Augusto Crusius, Eugenio Lagemann, Fernando Ferrari Filho, Gentil Corazza, Marcelo Savino Portugal, Maria Imilda da Costa e Silva, Nali de Jesus de Souza, Nuno R. L. de Figueiredo Pinto, Otília Beatriz K. Carrion, Paulo Alexandre Spohr, Paulo Dabdab Waquil, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Roberto Camps Moraes, Valter José Stülp, David Garlow (Wharton Econometrics Forecasts Association, E.U.A.), Edgar Augusto Lanzer (UFSC), Eleutério F. S. Prado (USP), Fernando de Holanda Barbosa (FGV/RJ), Gustavo Franco (PUC/RJ), João Rogério Sanson (UFSC), Joaquim Pinto de Andrade (UnB), Juan H. Moldau (USP), Werner Baer (Univ. de Illinois, E.U.A.).

COMISSÃO EDITORIAL: Fernando Ferrari Filho, Gentil Corazza, Paulo Dabdab Waquil, Marcelo Savino Portugal, Roberto Camps Moraes.

EDITOR: Nali de Jesus de Souza

SECRETARIA: Cláudia Porto Silveira, Jeferson Luis Bittencourt e Vanete Ricachescki (revisão de textos).

FUNDADOR: Prof. Antônio Carlos Santos Rosa

Os materiais publicados na revista *Análise Econômica* são da exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos, desde que seja citada a fonte.

Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para divulgação, elaboração de resenhas e resenhas.

Toda correspondência, material para publicação (vide normas na terceira capa), assinaturas e permutas devem ser dirigidos ao seguinte destinatário:

PROF. NALI DE JESUS DE SOUZA

Revista *Análise Econômica*

Av. João Pessoa, 52

CEP 90040-000 PORTO ALEGRE - RS, BRASIL

Telefones: (051) 316-3348 e 316-3440

Fax: (051) 225-1067

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DO TRABALHO NA INDÚSTRIA BRASILEIRA: ASPECTOS NACIONAL E REGIONAL*

Antonio Lisboa Teles da Rosa**

SINOPSE

O presente estudo analisa a distribuição da renda do trabalho no Brasil, tendo em vista identificar alguns de seus fatores explicativos. É uma análise do tipo *cross section* para o ano de 1985, utilizando como unidade de observação a indústria nacional, desagregada a três dígitos. Seus resultados são bastante elucidativos e favoráveis à corrente que procura explicar a concentração da renda do trabalho através da segmentação do mercado de trabalho, do diferencial de poder de barganha de cada estrato da classe trabalhadora e das diferenças técnico-estruturais. Na comparação regional, salienta-se que o Nordeste apresenta menores níveis de concentração da renda do trabalho, mas também seus salários médios são menores do que a média brasileira. Sendo assim, a menor concentração da renda não representa uma vantagem que os trabalhadores nordestinos têm sobre os das regiões mais industrializadas. Adicionalmente, as estimativas das funções demanda por mão-de-obra indicam que no Nordeste existe um campo bem mais amplo para o crescimento da concentração da renda do trabalho. Isto tem como causa o menor nível quantitativo e qualitativo dos empregos oferecidos no Nordeste e o estágio em que se encontra a sua indústria, se comparada à nacional.

1. OBJETIVOS

Neste estudo analisamos alguns dos fatores explicativos da demanda por mão-de-obra nas indústrias brasileira e nordestina. Com isso, procuramos detectar a influência dos aspectos técnico-estruturais e das diferenças no interior da classe trabalhadora que condicionam a distribuição da renda do trabalho, a qual representa uma das faces de um problema mais amplo, que é o perverso quadro de distribuição de renda no País.¹

Além do mais, é de nosso interesse identificar as diferentes formas de rebatimento do problema a um nível mais abrangente (nacional) *vis-à-vis* a um nível mais específico (regional). A escolha do Nordeste decorre da observação de que a região passou por um processo recente de expansão industrial, com tendência à convergência de sua estrutura setorial e tecnológica ao nível da nacional (Rosa, 1992). No entanto, a região ainda dá sinais de profundas diferenças estruturais e de um quadro de desemprego e subemprego, que se refletem no mercado de trabalho. A partir dessa observação, ganha importância a compreensão do problema ao nível regional. Advertimos que não examinaremos o caso pela óptica da dinâmica da inflação, que se manifesta na interação salários-preços. Este enfoque é contemplado em estudos tais como os desenvolvidos por Amadeo e Camargo (1990); Amadeo e Pereira (1990); Marinho (1993), entre outros. Procuramos nos abstrair desta relevante questão e privilegiamos a análise da estrutura da indústria

* O autor agradece ao Prof. José Jesus de Souza Lemos, do CAEN, pelos seus valiosos comentários, críticas e sugestões, mas desde já, quer isentá-lo dos erros e omissões cometidos.

** Professor adjunto do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal do Ceará

¹ Sobre as diferentes vertentes explicativas da questão, ver Camargo e Giambiagi (1991), Bonelli e Ramos (1993), entre outros.

Cód. AEA 912	Palavras-chave: distribuição de renda, estrutura da indústria nacional, função demanda por mão-de-obra.
-----------------	--

ANÁLISE ECONÔMICA	ANO 14	Março/ Setembro 96	p. 76-98
-------------------	--------	--------------------	----------

nacional, a qual resulta de um processo que comporta as seguintes proposições:

i. o Brasil é um país de industrialização tardia, a qual traz para o cenário econômico técnicas poupadoras de trabalho. Uma das consequências disso é que, ao longo das últimas décadas, o crescimento da produção industrial proporcionou um aumento da demanda por mão-de-obra insuficiente para absorver o crescente contingente populacional urbano, originário do crescimento vegetativo da população e da migração campo-cidade, gerando-se um inquietante quadro de subemprego. Em decorrência disso, possibilitou-se um crescimento da produtividade sem o proporcional repasse para os salários, intensificou-se o quadro concentrador da renda a favor dos lucros e propiciou-se a criação de mecanismos de diferenciação entre os trabalhadores, os quais se refletem nas atuais desigualdades de condições de emprego e salários (Ver Souza, 1980, p. 7-114);

ii. a indústria é o setor dinâmico, no qual as transformações ocorrem primeiro e em maior velocidade.² No entanto, sua estrutura não é homogênea, identificando-se setores de mais rápido crescimento, caracterizados pela presença de indústrias de maior tamanho, densidade de capital e de recursos humanos, estrutura de emprego mais hierarquizada, pagam maiores salários etc.; ao lado de outros onde é nítida a presença de indústrias de menor tamanho, densidade de capital e recursos humanos, pagam menores salários etc. Constatação esta que permite segmentar a indústria em um *centro oligopolista*, formado pelo primeiro grupo, e uma *periferia competitiva*, formada pelo segundo (Rosa, 1992),

iii. os fatores *i* e *ii* interagem, no sentido de facilitar a estratificação da classe trabalhadora em grupos que têm poder de barganha diferenciados, em função do setor onde estão empregados e da posição que ocupam no emprego. Diante disso, podemos classificá-los do seguinte modo: a) *trabalhadores primários*, os quais podem ser desagregados em *primários superiores*, formados pelos empregados que ocupam cargo de gerência, chefia e supervisão e os de nível superior, e *primários subordinados*, os quais congregam os empregados com certo nível de qualificação obtido através de treinamento formal ou no trabalho; e b) *trabalhadores secundários*, para os quais as exigências em habilidades são mínimas, têm um fraco poder de barganha, as relações de trabalho são instáveis etc. (ver Macedo, 1982; p. 123 - 167).³

iv. dado que a indústria nordestina é mais recente, resultante de um processo de avanço da indústria nacional, no sentido de se beneficiar dos incentivos fiscais, foi fortemente marcada pela implantação de setores mais dinâmicos e com características oligopolistas etc. (A respeito da questão, ver Guimarães, 1989), os fatores *i*, *ii* e *iii* também devem estar presentes na indústria da região, porém, com diferenças decorrentes das peculiaridades do seu mercado de trabalho e da vinculação de grande parte das suas unidades produtivas com as matrizes extra-regionais.

Nessa perspectiva, em termos mais específicos, pretendemos analisar os efeitos: a) das técnicas poupadoras de trabalho; b) da segmentação da indústria; e c) da estratificação dos trabalhadores, nas formas citadas, sobre a distribuição da

² A propósito, ver Rosa (1992, p. 56-101), onde é discutida a questão e ressaltado, inclusive, que a indústria brasileira liderou o crescimento econômico e na crise foi o setor mais atingido

³ Observe que estamos considerando a estratificação em toda a indústria, no entanto, ela deve se manifestar de uma forma mais nítida no centro oligopolista

renda do trabalho, tanto a nível nacional, quanto regional. Objetivamos também detectar as diferenças entre o País e uma região em um estágio mais atrasado de desenvolvimento, mas que recebeu um rápido impulso industrial em um passado recente.

2. HIPÓTESES

Na tentativa de alcançar tais objetivos, serão testadas as seguintes hipóteses relativas às indústrias brasileira e nordestina:

H.1- O binômio *tecnologia-escala* associa-se diretamente à densidade de trabalhadores primários superiores e, portanto, apresenta uma relação positiva com a concentração da renda do trabalho. Dito de outra forma, as indústrias de maior tamanho e que adotam tecnologia mais moderna tendem a gastar mais com os trabalhadores primários superiores, o que torna a renda do trabalho mais concentrada;

H.2- O *poder de barganha* da classe trabalhadora, na luta pela repartição do produto entre salários e lucros, favorece os trabalhadores primários superiores. Neste caso, quanto maior o poder da classe trabalhadora como um todo de se apropriar de parcela mais significativa do produto, mais forte será o poder dos trabalhadores primários superiores de se apropriarem da renda do trabalho,

H.3- a indústria pode ser segmentada em um *centro oligopolista* e uma *periferia competitiva*, onde, no centro a renda do trabalho está mais concentrada do que na periferia;

H.4- na comparação regional, o potencial de evolução da concentração da renda do trabalho é mais intenso no Nordeste do que no Brasil, em decorrência da rápida transformação da estrutura da indústria regional a favor de unidades produtivas mais densas em tecnologia, de maior tamanho e pertencentes ao centro oligopolista. Isto reforça mais ainda o processo de segmentação da indústria nordestina, que deve ser mais significativo do que no Brasil.

3. METODOLOGIA

Para o teste das hipóteses, estimaremos funções demanda por mão-de-obra, para as regiões em questão, derivadas de uma função custo do trabalho, a qual incorpora a tecnologia, a segmentação da indústria e o poder de barganha dos trabalhadores na repartição do produto entre salários e lucros.

A função custo utilizada é que se segue:

$$CT = f(r_l, Y) \quad (1)$$

onde:

- i) r_l é o preço do fator de produção l ;
- ii) Y é o nível de produto.

Essa função deve ser linearmente homogênea, crescente e côncava nos preços dos fatores e não decrescente em relação ao nível de produção.

Seguindo os passos de Bartel e Lichtenber (1987), consideraremos apenas dois fatores: capital e trabalho, dos quais o capital é tratado como um fator *quase-fixo*. Portanto, os produtores não ajustam tão livremente a combinação dos recursos produtivos, de acordo com as variações em seus preços relativos. Isto é apropriado para especificar uma função custo mais restrita, a qual incorpora apenas os salários como preços dos fatores.

Prosseguindo na formulação metodológica, consideraremos duas categorias de trabalhadores:

i) *primários superiores* - formados pelos trabalhadores de nível superior, gerentes chefes e supervisores, os quais são considerados como os melhores dotados de recursos humanos; e

ii) *primários subordinados e secundários* - formados pelos mestres, contramestres e operários

Ademais, não devemos perder de vista que a tecnologia representa um importante elemento de busca de eficiência por parte das empresas. Portanto, para um dado nível de produção, a tecnologia mais eficiente deve se refletir em menores custos, sendo esta uma relevante variável que deve ser incorporada à função custo.

Não menos importante são as imperfeições de mercado causadas pelo poder dos agentes econômicos interferirem nos preços. No caso em consideração, é bastante conhecido o efeito do poder da classe trabalhadora em manter os salários elevados e, por consequência, os custos com mão-de-obra.

Pelo exposto, trabalharemos com a seguinte função custo:

$$CTN = g\left(W_1^+, W_2^+, Y^+, K^-, T^-, P^-\right) \quad (2)$$

onde:

i) CTN é o total da folha de pagamentos;

ii) W_1 é o salário dos trabalhadores primários superiores;

iii) W_2 é o salário dos empregados primários subordinados e secundários;

iv) Y é o produto;

v) K é o estoque de capital físico;

vi) T é um índice que avalia o estado da tecnologia; e

vii) P é um índice que procura captar o poder de barganha da classe trabalhadora.

Os supra-escritos "+" e "-" em cada variável representam os sinais esperados das respectivas derivadas parciais de primeira ordem.

Por uma questão de conveniência, adotaremos o vetor X_j , formado por: $X_1 = Y$, $X_2 = K$, $X_3 = T$, e $X_4 = P$. Neste caso, a equação (2) passa a ser assim representada:

$$CTN = g(W_1, W_2, X_j) \quad (3)$$

Considerando que CTN é do tipo trans-log (ver BARBOSA: 1985, 273-310), a equação (3) passa a ser representada pela seguinte expressão:

$$\begin{aligned} \ln CTN = & a_0 + a_1 \ln(W_1) + a_2 \ln(W_2) + 1/2 [a_{11}(\ln W_1)^2 + a_{12}(\ln W_1)(\ln W_2) + \\ & a_{21}(\ln W_2)(\ln W_1) + a_{22}(\ln W_2)^2] + \\ & \sum_{j=1}^4 \left\{ b_j (\ln X_j) + 1/2 [b_{1j}(\ln W_1)(\ln X_j) + b_{2j}(\ln W_2)(\ln X_j)] \right\} + \sum_{i=1}^4 \sum_{j=1}^4 (c_{ij} Z_{ij}) \end{aligned} \quad (4)$$

onde:

i) $\ln$ que antecede cada variável representa o logaritmo natural correspondente; e

ii) $\sum_{i=1}^4 \sum_{j=1}^4 (c_{ij} Z_{ij})$ representam as interações e os termos quadráticos de X_j

Uma das consequências da minimização dos custos é que a derivada parcial da equação (4) em relação a W_1 , por exemplo, é igual a⁴

$$\delta \text{LnCTN} / \delta \text{Ln}(W_1) = A_1 \quad (5)$$

onde:

i) A_1 é a participação dos gastos com mão-de-obra primária superior no total da folha de pagamentos. Quanto maior for seu valor, mais concentrada estará a renda do trabalho nas mãos da categoria 1.

A partir de (4) e (5), obtemos a demanda por mão-de-obra primária superior, ou seja:

$$A_1 = a_1 + a_{11} \text{Ln}(W_1/W_2) + \sum_{j=1}^4 b_{1j} (\text{Ln} X_j) \quad (6)$$

Utilizando as propriedades de homogeneidade linear nos preços dos fatores e a simetria nos parâmetros de interação, podemos escrever a equação (6) da seguinte forma:

$$A_1 = a_1 + a_{11} \text{Ln}(W_1/W_2) + \sum_{j=1}^4 b_{1j} (\text{Ln} X_j) \quad (7)$$

Esta é a equação final que queríamos chegar. Observamos que ainda falta uma variável capaz de captar a segmentação da indústria, a qual testará a hipótese H.3.

Antes de mais nada, queremos destacar que as unidades de observação utilizadas dizem respeito aos grupos industriais brasileiros e nordestinos, segundo a classificação do IBGE a 3 dígitos, a qual abrange até 141 setores, para o ano de 1985, obtidas através de tabulações especiais, junto àquele órgão. A partir daí, aqueles setores foram classificados de acordo com o critério da maior produtividade e dos maiores salários, ou seja, os setores que apresentaram produtividade do trabalho e salários médios superiores ao total da indústria foram considerados como pertencentes ao segmento oligopolizado, enquanto os demais ao competitivo. Este critério de escolha resultou em 28 setores pertencentes ao primeiro grupo e 127 ao segundo, cuja especificação encontra-se na Tabela A.1, anexa.

Na tentativa de encontrar alguma consistência na escolha, aplicamos o teste proposto por Scheffé (ver Goldenberger, p. 1964, 227-231), a fim de verificar se a referida divisão tem aceitação estatística. Os valores da estatística F calculados foram: i) 4.515,26 para a produtividade e 89,43 para os salários, relativos ao Brasil; e ii) 4.054,38 para a produtividade e 254,33 para os salários, relativos ao Nordeste. Portanto, rejeitamos a hipótese de igualdade das médias dos grupos a um nível de significância menor do que 1%. Assim, já dispomos de indícios de que os setores com produtividade e salários acima da média da indústria se diferenciam dos demais⁵.

A partir dessas colocações, podemos especificar a seguinte regressão a ser estimada para as indústrias brasileira e nordestina:

$$A_{1i} = a_1 + a_{11} \text{Ln}(W_{1i}/W_{2i}) + b_{11} \text{Ln}(Y_i) + b_{12} \text{Ln} K_i + b_{13} \text{Ln}(T_i) + b_{14} \text{Ln}(P_i) + cD_i + u_i \quad (8)$$

⁴ Ver Barbosa (1985, p. 294-296), onde é desenvolvida a demonstração equivalente.

⁵ Procedimento semelhante foi adotado, com relativo sucesso, por Rosa (1992), para o caso do Brasil, São Paulo, Nordeste, Bahia, Pernambuco e Ceará.

As especificações e limitações das respectivas variáveis são as que se seguem:

i) A_{i1} - gastos com mão-de-obra do tipo 1 em relação ao total da folha de pagamentos, para a indústria i - Esta é uma variável que apresenta poucos problemas técnico-conceituais, uma vez que sua definição se aproxima muito de sua unidade de medida, qual seja: *Folha Salarial dos Trabalhadores do Tipo 1/Folha Salarial Total* (em %),⁶

ii) W_{i1}/W_{i2} - salário relativo da indústria i - O ideal seria utilizar o salário/hora, o qual não se encontra disponível, portanto, consideramos a relação *Salário Médio dos Trabalhadores do Tipo 1/Salário Médio dos Trabalhadores do Tipo 2* (em %), como proxy desta variável,

iii) Y_i - produto por estabelecimento da indústria i - Como estamos lidando com setores que congregam diferentes unidades produtivas, o tratamento mais adequado ao caso é através da média de cada indústria. Sendo assim, a unidade de medida utilizada foi *Valor da Transformação Industrial/Número de Estabelecimentos* (em Cr\$ milhões). Observe que o VTI é uma aproximação do Valor Adicionado e sua magnitude por estabelecimento é um indicador do tamanho médio de cada indústria,

iv) K_i - estoque de capital físico de cada setor i - Uma das grandes dificuldades encontradas tem sido adequar o conceito desta variável à sua mensuração. Muitas tentativas foram feitas, emergindo a capacidade instalada em cavalo vapor e o consumo de energia elétrica (Ver Pinheiro, 1991). A vantagem desta segunda variável é que ela capta o grau de utilização da capacidade instalada. No presente estudo adotamos a relação *Consumo de Energia Elétrica (em 1000 kw)/Número de Estabelecimentos*,

v) T_i - índice tecnológico do setor i - Entendemos que a tecnologia está relacionada a novos processos de produção, os quais introduzem a utilização de equipamentos e mão-de-obra de melhor qualidade, portanto mais produtivos.

Um dos grandes problemas encontrados em economia é como mensurar a tecnologia e sua contribuição ao produto. Há uma tendência em aceitar que os equipamentos de safra mais recente incorporam processos mais modernos. Daí, um indicador tecnológico seria a idade dos bens de produção. No entanto, é de se reconhecer que esta variável ainda está longe de ser avaliada adequadamente.

A qualidade da mão-de-obra, por seu turno, é uma variável que pode apresentar maiores facilidades de tratamento empírico e admite-se, em geral, que há uma associação positiva entre a qualidade do capital e da mão-de-obra, ou seja, o capital que incorpora tecnologia mais moderna exige maior dotação de recursos humanos incorporados ao fator trabalho. Assim, uma indústria mais intensiva em recursos humanos estaria utilizando uma tecnologia mais moderna. Uma forma de mensurar essa variável seria através da proporção de pessoas com mais elevado nível de instrução formal, em relação ao total de empregados (Indicadores semelhantes a estes encontram-se em Silveira *et alii* (1983); Pinheiro (1991); Rosa (1992), entre outros).

Os dados disponíveis permitem que utilizemos como proxy desta variável a relação *Gerentes, Chefes e Supervisores e Técnicos de Nível Superior (vezes 1000)/Mestres, Contramestres e Operários*. A incorporação dos gerentes, chefes e

⁶ A folha salarial total corresponde às despesas com: i) presidentes e diretores; ii) gerentes, chefes, supervisores e pessoal de nível superior; e iii) mestres, contramestres e operários

supervisores ao índice de recursos humanos se deve a duas questões: a) as informações utilizadas apresentam esta agregação, e b) é de se reconhecer que pessoas que exercem aquelas funções são melhor dotadas em termos de qualificações (uma discussão a este respeito pode ser encontrada em Lanzana, 1987);

vi) P_i - índice de poder de barganha dos trabalhadores da indústria i , em relação aos empregadores - Esta variável está inserida no rol das que avaliam o poder de monopólio das classes envolvidas na produção. Da parte dos trabalhadores, admite-se que há uma relação direta entre o grau de sindicalização e os salários. Também é dada ênfase ao grau de monopólio da empresa e proposto que os trabalhadores alocados em empresas mais lucrativas e com maior poder de repassar um aumento de custos para os preços sentem-se encorajados a reivindicar melhorias salariais. Neste caso, os patrões têm mais condições de atender ao pleito e tendem a querer evitar o conflito trabalhista real ou potencial.⁷

Um indicador empregado para mensurar esta variável tem sido a participação dos salários no produto. Um bom exemplo deste procedimento pode ser encontrado no trabalho desenvolvido por Kallenberg *et alii* (1984), no qual é analisado o comportamento da participação dos salários no produto da indústria gráfica norte americana, durante o período 1946-78. Observam os autores que o acréscimo da parcela salarial está associado a um crescimento do poder sindical, enquanto uma redução está associada às mudanças tecnológicas, as quais fortalecem a posição dos empregadores, elevando-se a participação dos lucros no produto.

De um ponto de vista estático, a modificação do poder das classes envolvidas na produção não pode ser avaliada. Mas, podemos considerar que existem diferentes poderes de mercado e heterogeneidade tecnológica envolvendo as diferentes indústrias, onde estão presentes desde oligopólios, até firmas que sobrevivem das sobras do capitalismo competitivo. Portanto, entendemos que uma maior parcela salarial indica uma maior força a favor dos empregados na luta pela repartição do produto. É uma questão complexa, mas a participação de cada classe na apropriação do produto representa uma síntese que capta as diferenças intersectoriais e de poder.

Em razão do exposto, adotaremos a parcela salarial, que será medida pela relação *Folha Salarial/Valor da Transformação Industrial* (em %), como *proxy* da variável em apreciação. No entanto, na análise empírica abordaremos uma outra forma de captar o efeito do poder da classe trabalhadora na distribuição da renda do trabalho,

vii) D_i - variável binária que assume o valor 1 para as indústrias do centro oligopolista e zero para os demais casos, e

viii) u_i - termo aleatório, que atende os pressupostos de ser normalmente distribuído, com média zero e variância constante

De acordo com as proposições feitas, os parâmetros b_{11} e b_{13} associam-se ao teste da hipótese H.1, o b_{14} a H.2, e o c a H.3. Caso os respectivos parâmetros sejam significativamente maiores do que zero, aceitamos as hipóteses propostas. Quanto à hipótese H.4, sua análise será efetuada através da comparação das estimativas da equação (8) para o Brasil e para o Nordeste.

⁷ Devemos observar que, nessas indústrias, os trabalhadores auferem remuneração média superior. No entanto, o lucro é o limite para tais concessões.

4. EVIDÊNCIA EMPÍRICA

4.1 O caso brasileiro

A partir das definições e especificações anteriores, estimamos a equação (8) para a indústria nacional, através do método dos mínimos quadrados ordinários (MQO). As informações utilizadas originaram-se da Tabela A 1, anexa, e os resultados obtidos foram:

$$A_{i1} = \begin{matrix} -29,61 \\ (-13,43) \\ 7,72\text{Ln}(T_i) \\ (24,15) \end{matrix} + \begin{matrix} 6,44\text{Ln}(W_{i1}/W_{i2}) \\ (15,32) \\ 0,92\text{Ln}(P_i) \\ (2,68) \end{matrix} + \begin{matrix} 0,64\text{Ln}(Y_i) \\ (2,46) \\ 0,75D_i \\ (1,65) \end{matrix} - \begin{matrix} 0,40\text{Ln}(K_i) \\ (-2,36) \\ u_i \end{matrix}$$

$R^2 = 0,894 \quad N = 137 \quad F = 183,24$

Os valores entre parênteses são as estatísticas *t* de Student. As estimativas dos parâmetros de cada variável são significativas a menos de 5%. A partir daí, poderemos aceitar as hipóteses H 1 a H.3 para o Brasil, cabendo agora uma análise mais detida sobre o caso.⁸

A estimativa do parâmetro relativo à variável W_{i1}/W_{i2} apresenta sinal condizente com a idéia de que o maior salário dos trabalhadores primários superiores não acarreta uma proporcional redução de seu emprego. Pelo contrário, está a indicar que a demanda por tal categoria de mão-de-obra é menos elástica em relação aos salários do que a demanda pelos trabalhadores primários subordinados e secundários.

Não menos importante foi o tamanho da indústria na determinação de A_i , pois quanto maior for o tamanho médio dos estabelecimentos, mais expressiva é a necessidade de mão-de-obra *confiável* para controlar os processos de produção e de trabalho, recaindo sobre aqueles tal responsabilidade, que se traduz em maiores despesas, em relação aos demais empregados.

Um outro destaque observado nos resultados é que o parâmetro relativo a K_i é negativo, o que não causa nenhum transtorno à análise, uma vez que não existe uma hipótese definida quanto ao seu sinal. Pelo constatado, podemos aceitar que o capital físico, da forma em que é *mensurado*, é um substituto da mão-de-obra e, dados a produção e os salários, seu maior nível acarreta a necessidade de uma proporção mais elevada de trabalhadores pertencentes ao segmento primário subordinado, manifestando-se isto em uma menor proporção das despesas com trabalhadores primários superiores.

⁸ Vale salientar que, ao analisarmos a possibilidade de correlação forte entre as variáveis explicativas, constatamos que existe alguma dependência entre K_i e Y_i (o coeficiente de correlação simples entre essas variáveis foi de aproximadamente 0,75). Embora esta constatação não seja suficiente, já dispomos de um indicio da presença de colinearidade. Tentando identificar até que ponto o possível problema afeta os resultados, estimamos duas novas regressões da equação (8), sendo uma sem a variável K_i e outra sem Y_i . Os resultados permitiram concluir que as alterações no poder de explicação das demais variáveis sobre A_i são de pouca expressão. Ademais, a exclusão de Y_i manteve a estimativa de b_{12} com o mesmo sinal (negativo), mas só foi significativa a 20%. Por outro lado, a subtração de K_i pouco alterou a significância da estimativa de b_{11} . Neste caso, se fossemos ignorar alguma variável, o processo de escolha recairia sobre K_i . Apesar disso, optamos por considerar todas as variáveis, uma vez que os resultados gerais para o teste das hipóteses propostas não foram prejudicados.

Já a tecnologia manifesta-se como um outro fator explicativo da maior participação dos trabalhadores primários superiores na folha salarial. Através dela, podemos perceber que, quanto mais densa for a atividade em tecnologia, mais concentrada a renda do trabalho.

Este resultado não conflita com o proposto por Langoni (1973), segundo o qual, as atividades mais modernas proporcionam um estímulo adicional à demanda por mão-de-obra do tipo 1, elevando-se sua remuneração, ao ponto de ampliar A_{ij} . No entanto, a situação seria transitória, uma vez que os salários superiores seriam um estímulo para o investimento em capital humano, o que elevaria a sua oferta. Todavia, a realidade tem dado sinais de que tal reversão encontra sérias dificuldades de se concretizar (Bonelli e Ramos, 1993). Por outro lado, Sabóia (1990) demonstra que a política salarial tem um relevante papel na distribuição da renda do trabalho, o que relativiza o poder explicativo veiculado pelo primeiro autor.

A parcela salarial, por sua vez, vem a confirmar que o poder de barganha das diferentes categorias de trabalhadores é heterogêneo. Portanto, quanto maior o poder daquela classe como um todo em se apropriar do produto, mais expressivo será o poder dos empregados primários superiores em se apropriarem da renda do trabalho.

É evidente que essa variável tem limitações de ordem técnica, pois sua magnitude depende também das características do próprio setor. Ela seria uma boa *proxy* para indústrias homogêneas ou para comparações intertemporais, informações estas não disponíveis, pelo menos para o nível de detalhamento proposto. Assim, sua relação com A_i pode estar refletindo características estruturais, embora não devamos descartar a sua relação com o poder de barganha dos trabalhadores.

Na tentativa de contornar tal restrição, procuramos captar a capacidade dos trabalhadores primários superiores se apropriarem de uma maior proporção da renda do trabalho, através da produtividade. Para tanto, estimamos a seguinte regressão, através do método dos (MQO):

$$LNPM_i = 0,564 + 0,354Ln(Y_i) + 0,237Ln(T_i) + 0,405D_i + e_i$$

(1,92) (9,67) (3,64) (4,28)

$R^2 = 0,733$ $N = 139$ $F = 123,36$

onde:

i) $LNPM_i$ é o log. natural do produto por trabalhador do setor i , avaliado pela relação *Valor da transformação Industrial (em Cr\$ milhões)/Total de empregados*; e

ii) e_i é o termo aleatório, com os mesmos pressupostos de u_i .

Através destes resultados, aceitamos que a produtividade do trabalho é explicada pela tecnologia (T_i), tamanho (Y_i) e existem diferenciações setoriais que a torna distinta (D_i). Ora, mas quanto maiores forem os valores observados destas variáveis, maior a produtividade e A_i . Assim, o repasse dos ganhos de produtividade para os salários se verifica com uma maior absorção da renda do trabalho pelos trabalhadores do tipo 1. Em outras palavras, a produtividade deve manter uma relação direta com a concentração da renda do trabalho. Por esse outro caminho, reforçamos a idéia de que os trabalhadores do tipo 1 têm vantagens, em termos de

poder de barganha, sobre os demais.⁹

Finalmente, D_i apresenta estimativa com o sinal esperado e significativa a menos de 5%. Este resultado é compatível com a hipótese H.3 e indicativo de que existem diferenças setoriais que tornam a renda do trabalho mais concentrada no centro oligopolista. Ora, se relembremos a forma de definir este grupo (o qual é formado por setores que apresentam produtividade e salários superiores à média da indústria como um todo) e se considerarmos os resultados de um trabalho anterior (Rosa, 1992) (no qual evidenciamos que os setores de maior produtividade e salários são os de maior tamanho e densidade tecnológica); percebemos que aquelas indústrias caracterizam-se pela presença de um elemento adicional não captado pelas demais variáveis explicativas de A_i , elemento este que se manifesta em um diferencial de concentração da renda do trabalho a seu favor. Isto está de acordo com a idéia de que indústrias do centro oligopolista apresentam uma estrutura de emprego mais hierarquizada e marcada pela presença de trabalhadores primários superiores.

Em resumo, constatamos que A_i é determinada pelo conjunto de variáveis explicativas proposto. Sendo assim, o nível de concentração da renda será maior ou menor, de acordo com a magnitude dos parâmetros e dos valores observados relativos àquelas variáveis.

Um outro aspecto deste estudo que não pode ser ignorado é que a análise aqui desenvolvida é estática. Todavia, é de extrema importância o entendimento do comportamento de A_i . Como não dispomos de informações intertemporais, podemos lançar mão do conceito de elasticidade, o qual permite projetar as variações de A_i , caso ocorram alterações em alguma das variáveis explicativas. Este procedimento tem limitações bastante sérias; dentre elas, destacamos a suposição de constância dos parâmetros estimados ao longo do tempo. No entanto, considerando as restrições de informações, é uma maneira razoável de abordar a questão.

Pelo tipo de função estimada, a sensibilidade de A_i em relação a modificações em qualquer variável explicativa é representada pela seguinte expressão:

$$E_K = (\delta A_i / \delta X_{ki}) * (X_{ki} / A_i) = (a_K / A_i)$$

onde:

- i) X_{ki} é qualquer uma das variáveis independentes; e
- ii) a_K é o parâmetro estimado correspondente.

Neste caso, as elasticidades parciais ou total não são constantes, mas decrescentes. Ou seja, quanto maior for A_i , menor será a sua reação a uma mudança nos valores observados de X_{ki} . Desta forma, podemos inferir que A_i cresce com o tamanho, a tecnologia etc. mas a taxas decrescentes e, a partir de um certo nível, A_i apresenta uma rigidez tal que, na ausência de intervenção no mercado, torna-se mais difícil a renda do trabalho ser redistribuída.

Ademais, as indústrias mais modernas e tendentes à oligopolização apresentam um maior nível de A_i e tendem a conservá-lo, crescendo (decrescendo) pouco na expansão (retração). Por outro lado, as indústrias mais competitivas, ao entrarem em uma fase de expansão, tendem a crescer em tamanho, tecnologia etc., o que

⁹ Devemos ainda salientar que a omissão da variável P_i ainda nos deixa com relevantes fatores explicativos da distribuição da renda do trabalho, tais como a tecnologia, o tamanho e a segmentação, que associam-se às hipóteses H.1 e H.2

lhes dá mais poder de estratificar os trabalhadores, promovendo, assim, uma intensificação da concentração da renda do trabalho. Dito de outra forma, em uma fase de crescimento (retração) as indústrias que apresentam índices de concentração da renda superiores tendem a estabilizar tal situação, enquanto as de menor índice tendem a ampliá-lo (reduzi-lo).

Finalmente, se quisermos estender este raciocínio para as diferentes regiões brasileiras, é de se esperar que nos centros mais desenvolvidos o nível de concentração da renda esteja mais acentuado, mas nas regiões atrasadas tenda a crescer mais rapidamente. Ora, observando que nos últimos anos a indústria nacional tendeu a se desconcentrar do eixo Rio-São Paulo, é de se esperar que o processo tenha sido acompanhado da intensificação da concentração da renda do trabalho nas regiões menos desenvolvidas. Isto corrobora a proposição de intensificação da concentração da renda no Nordeste brasileiro, por exemplo, pois a desconcentração industrial traz a homogeneização regional da tecnologia e da estrutura de emprego e salários. É o que tentaremos demonstrar a seguir.

4.2 O caso nordestino

O caso do Nordeste ganha relevância por se tratar de uma região que passou por um recente crescimento e transformações de sua estrutura produtiva, decorrentes dos incentivos fiscais que favoreceram a desconcentração industrial do Sudeste, notadamente de São Paulo, na direção Nordeste, de tal modo que devem ter sido criadas condições propícias ao processo concentrador da renda do trabalho.

Os resultados da estimativa da equação (9) para o Nordeste foram os que se seguem, cujas informações utilizadas originaram-se da Tabela A.2, anexa:

$$A_{i1} = \begin{matrix} -20,64 \\ (-3,61) \end{matrix} - \begin{matrix} 4,04 \ln(W_{i1}/W_{i2}) \\ (-3,34) \end{matrix} + \begin{matrix} 2,59 \ln(Y_i) \\ (3,30) \end{matrix} - \begin{matrix} 0,93 \ln(K_i) \\ (-2,24) \end{matrix} + \begin{matrix} 6,68 \ln(T_i) \\ (9,78) \end{matrix} + \begin{matrix} 0,21 \ln(P_i) \\ (0,10) \end{matrix} + \begin{matrix} 3,42 D_i \\ (2,53) \end{matrix} + u_i$$

$$R^2 = 0,62 \quad N = 112 \quad F = 28,10$$

Observamos que a estimativa correspondente a (P_i) não foi significativamente diferente de zero, enquanto as demais o são a menos de 5% de significância.

O parâmetro estimado, relativo à variável (W_{i1}/W_{i2}) , apresenta sinal negativo. Este resultado indica que os maiores salários dos trabalhadores do tipo 1 associam-se a uma proporção menor do seu emprego, em relação aos trabalhadores do tipo 2. Neste caso, para o Nordeste, ao contrário do constatado para o Brasil, a demanda por trabalhadores primários superiores é mais elástica em relação ao salário do que a demanda por trabalhadores primários subordinados e secundários.

Uma provável explicação para isto é o fato de ter se instalado no Nordeste empresas que, em grande parte, são filiais de unidades produtivas de outras regiões. Ora, as matrizes concentram a maior parte dos trabalhadores estratégicos, ficando nas filiais os trabalhadores primários superiores que têm um menor raio de manobra para tomar decisões. Sendo assim, estes não são os que despertam o maior interesse do grupo empresarial em estimulá-los e prestigiá-los. Além do mais, como este tipo de mão-de-obra é muito disputada nas regiões mais desenvolvidas,

é de se esperar que a sua demanda seja menos elástica ali, uma vez que seu mercado de trabalho está bem melhor estruturado do que em uma região onde aquela categoria de trabalhadores tem uma importância relativa menor.

As estimativas dos parâmetros das variáveis tamanho (Y_i) e tecnologia (T_i) apresentam sinais condizentes com a aceitação da hipótese H.1. Ou seja, quanto maiores os seus valores, mais concentrada será a renda do trabalho no Nordeste. Vale salientar que a estimativa relativa a (Y_i), para o Nordeste, alcança uma cifra significativamente superior à correspondente para o Brasil, enquanto a relativa a (T_i) ficou em um nível um pouco inferior.

A variável (K_i), por sua vez, evidencia parâmetro estimado com sinal negativo. Assim, pelas mesmas razões apontadas para o caso brasileiro no item anterior, a densidade de capital físico está inversamente associada à concentração da renda do trabalho. E mais ainda, no Nordeste o fenômeno é mais intenso.

Já a estimativa do parâmetro de (P_i) não foi significativamente diferente de zero, rejeitando-se a hipótese H 2 para o Nordeste. Isto deve estar associado à maior fragilidade relativa do seu mercado de trabalho, que sinaliza com a presença de trabalhadores menos organizados e com menor poder de pressão do que os dos centros mais desenvolvidos.

Por fim, o parâmetro relativo a (D_i) apresenta o sinal esperado e demonstra um valor superior ao da mesma variável para o Brasil. Com isto, podemos concluir que, no Nordeste, existem diferenças setoriais que contribuem para a concentração da renda do trabalho no segmento oligopolista, de uma forma bem mais intensa do que no País. Em outras palavras, a descontinuidade da função estimada é maior no Nordeste. O resultado vem ao encontro da idéia inicial de que o rápido crescimento da indústria regional, direcionado para os setores mais dinâmicos, trouxe como subproduto uma segmentação maior da indústria e a consequente exacerbação da concentração da renda do trabalho.

Complementando a análise, foi testada a hipótese de que não existem diferenças entre as duas regressões em comparação, contra a hipótese alternativa de que existem diferenças em, pelo menos, um dos parâmetros. O valor da estatística $F(105,130)$ calculado foi 7,72. Portanto, aceita-se a hipótese alternativa a menos de 5% de significância.¹⁰

De posse desses resultados, e comparando a Tabela A 1 com a Tabela A 2, percebemos que o nível de concentração da renda do trabalho no Nordeste é superior ao brasileiro em 36 setores, destacando-se aí os mais dinâmicos, para os quais se direcionaram os novos investimentos na Região. Já os setores que menos se expandiram nos últimos anos foram exatamente os que se apresentaram mais defasados tecnologicamente, demonstrando um menor tamanho do que o correspondente brasileiro (comparar as colunas 2, 3 e 7 da Tabela A.1 com as colunas 1, 2 e 6 da Tabela A 2) e também manifestaram menores níveis de

¹⁰ O valor da estatística F calculado é obtido pela seguinte fórmula:

$$F(n_1 - k; n_2 - k) = \frac{SQR_1 / (n_1 - k)}{SQR_2 / (n_2 - k)}$$

onde: i) SQR_1 e SQR_2 são as somas do quadrado dos erros de estimativa das regressões 1 (Nordeste) e 2 (Brasil) respectivamente, ii) n_1 e n_2 são o número de observações das regressões 1 e 2; e k é o número de estimadores

concentração da renda do trabalho.

Para a indústria como um todo, no Brasil, 11,5% da renda do trabalho é apropriada pelos trabalhadores primários superiores, enquanto no Nordeste esta proporção alcança a cifra de 9,7%. Percebe-se, assim, que o nível médio de concentração da renda do trabalho no Nordeste é menor do que no País. Isto se deve à presença de indústrias mais defasadas do que a correspondente nacional, o que se reflete em menores valores para as observações da respectivas variáveis explicativas.

As constatações acima não permitem afirmar que os trabalhadores nordestinos estão em uma situação mais favorável. Na verdade, eles auferem, em média, remunerações menores do que os trabalhadores brasileiros, para todas as categorias consideradas neste estudo. De fato, em termos agregados, constata-se que: i) o salário médio pago aos trabalhadores primários superiores no Brasil é 13,2% superior ao pago no Nordeste, e ii) os trabalhadores primários subordinados e secundários brasileiros percebem 15,2% a mais do que os trabalhadores nordestinos.

Finalmente, dos resultados obtidos, concluímos que o potencial de concentração da renda do trabalho do Nordeste é mais intenso do que o do Brasil. Esta conclusão decorre da constatação de que os parâmetros técnico-estruturais (Y_i e D_i) são maiores (apenas o correspondente a T_i foi um pouco menor), enquanto os níveis dos valores observados das variáveis explicativas são menores. Ora, como estamos tratando de funções cuja variável dependente A_{it} apresenta elasticidade decrescente em relação às independentes, a conjunção dos maiores parâmetros com os menores níveis de concentração da renda do trabalho nos leva a aceitar tal proposição. Com isto, aceitamos parcialmente a hipótese H.4.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise elaborada, podemos concluir que a tecnologia, o tamanho e o poder de barganha da classe trabalhadora não são neutros em relação aos próprios empregados e tendem a apresentar diferenciações internas que se manifestam na concentração da renda do trabalho. Adicionalmente, as características da própria indústria tendem a fortalecer a divisão interna dos trabalhadores e a criarem uma certa rigidez, que mantém elevados os níveis de concentração da parte do produto destinada a remunerar os empregados. Uma das consequências do exposto é o comprometimento da expectativa de que o próprio mercado estabeleça mecanismos de ajuste, nos moldes propostos por Langoni e seus seguidores, capazes de corrigir o problema. Portanto, a política de fazer "crescer o bolo" para depois distribuí-lo, adotada no passado, e da ausência de intervenção no mercado de trabalho não estimulam a redistribuição da renda.

Estes resultados se revestem de importância quando os associamos aos de um estudo anterior (Rosa, 1992), no qual inferimos que as indústrias de maior tamanho e tecnologicamente mais avançadas são as que conseguem obter maior produtividade, pagam maiores salários e, mesmo assim, são as que mais concentram a renda em favor dos lucros. Portanto, estamos diante de um fenômeno que tem origem mais ampla, qual seja: "as imperfeições de mercado tendem a gerar desigualdades entre as classes (empregadores e trabalhadores) e dentro das próprias classes (centro oligopolista e periferia competitiva, trabalhadores primários e secundários etc), que alimentam o processo de concentração de renda".

No caso particular da estratificação dos empregados, deparamo-nos com uma situação em que há um comprometimento das partes (empregadores e trabalhadores primários superiores), no sentido de garantir remunerações maiores, em troca da solidariedade de um grupo que é estratégico para o bom desempenho da empresa no longo prazo. É um estado de coisas em que a iniciativa das classes envolvidas é no sentido de preservá-lo. Tais conclusões são válidas para o Brasil e para o Nordeste. No entanto, quando comparamos a Região com o País, concluímos que existem diferenças que denotam particularidades que merecem ser ressaltadas. No caso do Nordeste, há uma evidente caracterização da maior concentração da renda do trabalho nos setores de crescimento recente mais intenso, enquanto os menos dinâmicos demonstram menores níveis salariais e uma renda menos concentrada. Daí, podemos admitir que os setores de mais rápido crescimento introduzem novos processos de produção, que exigem uma despesa com mão-de-obra primária superior proporcionalmente maior do que a requerida com os demais tipos de trabalhadores. Isto está associado às mudanças nos indicadores tecnológicos e tamanho que se relacionam diretamente ao nível de concentração da renda do trabalho.

Um elemento adicional na explicação do fenômeno é a magnitude dos parâmetros estimados, que apresentam valores maiores para o Nordeste. No entanto, não é só a magnitude dos parâmetros que determina o maior potencial de concentração da renda do trabalho no Nordeste. Como os níveis observados para as variáveis tamanho e tecnologia, relativos aos setores de menor crescimento, encontram-se abaixo dos mesmos setores ao nível nacional, constatamos que, na região Nordeste, a elasticidade de A_1 , em relação àquelas variáveis, é superior à brasileira.

A partir daí, podemos inferir que em uma fase de expansão, o processo de concentração da renda do trabalho se amplia, porém com mais intensidade no Nordeste. Destes resultados podemos ainda lançar questões bastante interessantes, por exemplo:

i) se há uma associação positiva entre as variáveis técnico-estruturais e a concentração da renda, e, no crescimento, elas se expandem mais exatamente nos setores que mais crescem, então, o processo de crescimento, por si só, nos moldes em que foi adotado no Brasil, é concentrador?

ii) se assim for, que elementos de conflito pela repartição do produto estão aí envolvidos?

iii) como a crise que se abateu durante a década de 80 e se prolongou nos primeiros anos da década de 90 se refletiu no fenômeno?

iv) tivemos aí um processo desconcentrador da renda do trabalho? Se ocorreu isto, o processo foi vantajoso para alguém?

Sobre a questão, queremos adiantar que entendemos que a análise aqui feita é parcial e não contempla toda a problemática do conflito distributivo. Todavia, admitimos que os empregadores têm como instrumento de poder a adoção de novas tecnologias, que é mais apropriada em períodos de crescimento suficientes para implantar novas unidades produtivas ou modernizar as existentes. Neste caso, no crescimento todos os agentes ganham mais (crescem os lucros e crescem os salários reais dos trabalhadores do tipo 1 e do tipo 2). No entanto, são criadas condições para que os rendimentos dos que detêm maior poder de barganha

cresçam mais do que os rendimentos dos demais. Sendo assim, no crescimento, eleva-se a produtividade mais do que os salários, e os salários dos trabalhadores do tipo 1 crescem mais do que os do tipo 2. Como é uma situação de melhoria para todos, o conflito não se acirra e pouco se manifesta.

No entanto, em uma situação de estagnação e crise como a que se abateu no Brasil nos últimos anos, as possibilidades de aumento de produtividade, sem o proporcional repasse para os salários, se restringem e, ao contrário, os empregadores, para manterem seus níveis de lucro, tendem a pressionar os preços para cima, sendo o fenômeno mais eficaz para os empresários do setor mais oligopolizado. Forma-se, assim, um novo processo de concentração setorial da renda. Antes, ela se concentrava a favor de quem crescia mais rápido; agora, a favor de quem tem maior poder oligopolístico.

Por outro lado, os trabalhadores querendo manter seus níveis de renda, pressionam por reposição salarial. Os trabalhadores empregados no centro oligopolista tendem a conseguir repor as perdas em uma proporção maior do que os empregados na periferia competitiva (Marinho, 1993). Desencadeiam-se, desse modo, forças que atuam no sentido de concentrar a renda do trabalho.¹¹

Neste caso, em um longo período de crise como o observado a nível nacional, deparamo-nos com duas tendências opostas, quais sejam:

i) a redução da produtividade (ou estagnação) que contém mecanismos desconcentradores da renda, em decorrência do amortecimento do poder dos empregadores de se apropriarem de uma proporção maior do produto [Amadeo e Pereira, (1990), apresentam evidências nesse sentido]; e

ii) a recessão aumenta a disposição para a luta pela manutenção dos níveis de renda, o que desencadeia o acirramento do conflito distributivo. Desta forma, os segmentos e os estratos que têm maior poder tendem a se apropriarem de maior proporção da renda.

O resultado líquido de todo isto vai depender de qual das forças predomina. Portanto, poderemos perfeitamente nos deparar com uma situação de crescimento com concentração da renda (funcional e do trabalho), o que é mais comum no Brasil. Enquanto na recessão poderemos conviver com uma situação de desconcentração da renda, caso predomine a redução do poder dos empregadores ou dos trabalhadores do tipo 1, ou com uma situação concentradora, caso predomine o poder do centro oligopolista ou dos trabalhadores do tipo 1.

Diante do exposto, a solução para o problema de uma melhor distribuição da renda do trabalho no Brasil (e no Nordeste) é uma questão complexa e que exige um entendimento mais amplo do problema. Por outro lado, em uma fase recessiva são criados mecanismos que poderão até contribuir para uma melhor distribuição da renda. No entanto não é esta uma situação desejável, uma vez que se trata de distribuição com piora para todos. Em uma fase de crescimento, geram-se condições de melhoria geral, porém intensificam-se os mecanismos concentradores.

Neste caso, como caminho mais claro que vislumbramos para uma situação desejável é o crescimento acompanhado do fortalecimento do poder sindical dos trabalhadores do tipo 2 e de uma política salarial que procure proteger o poder de compra dos menores salários. Também, seria de bom alvitre a adoção de políticas de redução dos custos dos bens salariais, tais como a diminuição dos impostos que incidem

¹¹ Devemos ressaltar que, além desses elementos, existe ainda a intervenção do Governo, estabelecendo políticas de reajuste salarial, que podem amortecer ou não a concentração da renda do trabalho. Uma forma de acionar mecanismos desconcentradores seria a proteção do poder de compra dos menores salários.

sobre aqueles produtos, por exemplo, bem como uma maior participação de todos os trabalhadores, notadamente os do tipo 2, nos lucros das empresas. Estas proposições não conflitam com o proposto por autores, tais como Sabóia (1990) e Marinho (1993). No entanto, o caso é aqui visto como um problema que depende da retomada do crescimento, problema de difícil solução no momento.

ANEXO ESTATÍSTICO

Tabela A.1 - Brasil: Indicadores industriais - 1985

(continua)

Setores da Indústria ⁽¹⁾	$\ln(PM_i)$	$\ln(Y_i)$	A_i	$\ln(W_{11}/W_{12})$	$\ln(K_i)$	$\ln(P_i)$	$\ln(T_i)$
001 ⁽²⁾	5 337	10 411	17 247	1 338	9 202	2 220	4 001
002	4 243	7 505	9 527	1 303	6 497	2 852	3 354
003 ⁽²⁾	7 085	13 272	13 149	0 912	9 686	0 966	4 108
101	3 927	7 115	5 056	0 862	5 552	2 864	3 113
102	4 188	7 675	7 185	1 279	6 440	2 709	3 070
104	3 852	7 963	8 484	1 382	6 606	3 001	3 147
105 ⁽²⁾	5 896	10 884	12 791	1 196	10 232	1 574	3 792
106	4 198	7 539	7 252	1 147	4 887	2 719	3 212
107 ⁽²⁾	4 803	9 686	9 724	0 969	8 215	2 761	3 711
108	4 621	8 211	9 914	1 314	7 122	2 311	3 387
109	4 755	8 948	17 567	1 264	6 981	2 614	4 100
110 ⁽²⁾	5 195	10 190	13 369	1 098	9 284	2 435	3 941
111 ⁽²⁾	5 148	9 547	10 991	1 102	9 675	2 456	3 714
112	4 565	9 998	10 159	0 704	9 467	3 319	4 024
113	4 203	8 083	13 054	1 144	5 527	3 010	3 868
114	4 435	8 400	9 768	1 055	6 101	2 943	3 629
115	4 278	8 672	8 742	1 151	6 505	3 107	3 411
116	4 160	7 560	8 554	1 039	5 098	2 910	3 499
117	4 610	8 709	8 776	1 389	6 211	2 697	3 179
118	4 062	7 523	8 574	0 865	6 375	3 258	3 676
119	4 553	8 254	11 304	1 255	6 338	2 768	3 593
121 ⁽²⁾	4 831	9 219	13 575	0 983	6 312	2 941	4 074
122	4 597	8 805	11 800	1 007	5 549	3 037	3 889
123	4 585	8 770	13 391	0 886	5 908	3 286	4 155
124	4 697	8 973	10 213	1 010	5 861	2 702	3 724
125	4 773	9 284	13 395	1 045	6 523	2 848	3 996
126	4 859	9 857	10 908	1 420	5 959	2 011	3 387
127 ⁽²⁾	4 989	9 986	17 828	0 958	7 140	2 709	4 422
128	3 903	8 100	12 066	0 847	6 544	3 910	4 074
129 ⁽²⁾	5 298	11 522	13 782	0 896	7 915	2 665	4 179
131	4 765	9 280	16 253	1 037	6 109	2 834	4 231
132	4 840	9 288	13 063	1 050	6 764	2 655	3 962
133	4 667	9 728	16 590	1 421	6 834	2 699	3 872
134	4 629	9 666	13 507	1 079	7 070	2 861	3 972
135	4 706	9 113	10 635	1 269	5 844	2 831	3 510
136	4 652	9 719	17 560	1 290	7 037	2 852	4 071
137 ⁽²⁾	5 464	9 847	28 461	0 800	5 286	2 463	5 186
138 ⁽²⁾	5 087	10 069	13 824	1 313	5 817	2 400	3 765
139	4 428	7 899	14 681	0 363	4 414	3 561	4 785
141	4 448	8 893	14 531	0 971	5 940	3 039	4 165
142	4 442	9 743	9 435	1 186	6 968	3 469	3 460
143 ⁽²⁾	4 879	10 009	11 263	1 072	7 592	2 889	3 771
144	4 271	8 565	9 852	1 301	5 393	3 081	3 393
145	4 761	9 722	10 256	1 429	6 830	2 317	3 310

Tabela A 1 - Brasil: Indicadores industriais - 1985

(continua)

Setores da Indústria ⁽¹⁾	$Ln(PM_i)$	$Ln(Y_i)$	A_i	$Ln(W_{i1}/W_{i2})$	$Ln(K_i)$	$Ln(P_i)$	$Ln(T_i)$
147	4.825	10.262	18.952	0.280	6.744	3.434	5.174
148	4.176	8.195	8.542	0.860	5.070	2.987	3.677
149	4.035	9.235	3.754	0.940	6.839	3.515	2.723
151	3.704	6.955	4.054	0.976	4.599	2.797	2.767
152	3.595	6.841	4.268	0.862	4.492	3.181	2.905
153	4.289	9.317	5.783	1.413	7.962	2.479	2.704
154	3.581	7.035	5.041	0.364	4.578	2.952	3.608
155	3.601	7.299	4.710	1.244	5.089	3.053	2.657
156	3.347	5.642	-	-	2.300	3.184	-
157	4.390	7.460	8.680	1.091	4.524	2.584	3.463
158	3.400	6.235	5.489	1.410	2.061	2.905	2.652
161	3.715	7.317	4.989	0.981	4.619	2.985	2.980
162	4.143	7.982	8.657	1.072	5.037	2.870	3.479
163	3.638	7.344	28.582	2.323	4.735	3.414	3.669
164	4.681	8.418	4.345	0.597	4.396	2.209	3.219
169	3.900	8.028	7.274	0.904	6.429	3.288	3.458
171 ⁽²⁾	5.407	9.834	10.005	1.140	8.634	2.376	3.571
172 ⁽²⁾	4.968	9.954	6.323	0.925	9.269	2.561	3.287
173	4.788	8.798	11.418	-	6.543	2.527	3.888
174	4.356	8.490	8.787	1.169	5.501	2.812	3.399
175 ⁽²⁾	5.030	8.887	16.437	1.260	6.968	2.495	4.022
179	4.387	7.674	7.768	1.486	5.567	2.427	2.947
181 ⁽²⁾	4.934	8.630	15.407	1.347	6.769	3.248	3.858
182 ⁽²⁾	5.417	9.228	13.476	1.037	7.049	2.384	4.011
183	4.573	9.168	7.211	1.219	6.872	2.662	3.134
184	3.862	8.275	0.773	-0.045	6.165	3.094	2.097
185	4.430	8.850	12.907	1.366	6.403	2.870	3.632
189	4.372	8.536	3.288	0.007	6.580	2.727	3.519
191	4.223	8.614	8.212	1.438	6.204	2.699	3.056
192	4.044	6.664	3.654	0.192	3.055	2.851	3.443
193	3.851	8.301	3.303	1.092	4.826	2.700	2.439
199	3.366	7.770	7.417	1.384	4.553	3.275	2.999
200 ⁽²⁾	5.381	9.863	14.255	1.161	9.368	2.064	3.953
201 ⁽²⁾	7.078	11.808	19.409	0.771	9.809	1.350	4.713
202 ⁽²⁾	5.835	10.506	15.050	0.703	9.196	2.150	4.474
203	4.201	9.387	20.770	1.462	6.709	2.927	4.107
205 ⁽²⁾	6.450	10.505	18.936	0.996	5.859	1.523	4.458
206 ⁽²⁾	6.168	9.818	15.559	1.210	6.206	1.364	4.007
207 ⁽²⁾	5.489	9.467	15.293	0.972	6.558	2.213	4.224
208 ⁽²⁾	5.589	9.637	12.875	0.966	7.506	2.060	4.030
209 ⁽²⁾	5.254	8.888	17.919	1.103	4.518	2.353	4.283
211 ⁽²⁾	5.524	9.782	18.204	0.964	6.704	2.080	4.301
221	5.233	9.256	17.253	1.028	6.859	2.020	4.312
222	4.883	8.412	16.926	1.169	5.845	2.375	4.148
223	3.894	6.797	6.211	1.368	3.432	2.742	2.825
231	4.847	8.897	10.949	1.210	7.135	2.501	3.602
232	4.172	8.501	9.992	1.096	6.375	3.006	3.614
233	4.327	8.384	8.525	1.288	6.474	2.527	3.247
235	4.261	8.322	8.706	1.161	6.540	2.762	3.396
236	5.161	9.443	9.319	0.987	7.221	2.047	3.646
237	4.064	7.149	2.860	1.546	5.348	3.019	1.837

Tabela A 1 - Brasil: Indicadores industriais - 1985

(conclusão)

Setores da Indústria ⁽¹⁾	$\ln(PM_i)$	$\ln(Y_i)$	A_i	$\ln(W_{it}/W_{i2})$	$\ln(K_i)$	$\ln(P_i)$	$\ln(T_i)$
239	4.074	7.703	7.193	1.132	5.365	2.852	3.218
241	4.874	8.453	6.281	0.844	5.988	5.988	2.038
242	4.469	9.433	6.042	1.284	7.782	2.566	2.880
243	4.214	8.399	6.593	1.180	5.843	2.854	3.077
244	4.146	8.334	4.802	1.150	5.404	2.864	2.771
245	4.778	9.281	7.215	0.945	7.377	2.613	3.407
249	4.785	9.150	0.866	-1.250	6.179	4.339	3.418
251	3.866	7.635	5.630	1.070	4.374	2.714	3.018
252	3.940	7.391	4.400	1.492	3.664	2.729	2.337
253	3.566	8.260	3.122	1.028	5.182	3.102	2.445
254	3.623	7.293	5.660	1.121	3.990	2.953	2.974
255	4.316	7.746	5.263	0.851	4.191	2.445	3.166
256	3.854	7.627	5.555	1.068	4.255	2.785	3.006
257	3.184	6.910	3.118	0.763	5.939	3.666	2.708
260	4.847	7.826	6.621	1.153	5.580	1.994	3.109
261	4.591	8.839	11.890	1.252	6.323	2.272	3.653
262	4.361	8.780	7.269	0.917	6.738	2.494	3.445
263	4.159	8.864	4.028	0.872	6.616	2.823	2.865
264	4.729	8.048	7.630	0.781	5.987	2.308	3.633
265	4.635	9.941	8.143	1.015	8.473	2.403	3.469
266	4.492	9.012	9.629	1.644	6.636	2.4197	3.025
267	6.265	5.480	3.666	0.532	4.351	3.166	3.107
268	4.364	8.327	6.430	1.284	6.464	2.509	2.946
269	5.381	9.053	8.859	1.035	7.1932	1.802	3.542
271	5.011	8.047	6.894	0.973	4.202	1.889	3.332
272	4.779	8.208	5.009	1.138	5.514	2.062	2.827
273 ⁽²⁾	4.870	10.471	15.068	0.751	9.169	2.607	4.428
274	4.172	8.412	9.420	1.119	6.324	2.927	3.525
275	3.163	6.176	-	-	3.469	3.336	-
281	5.464	10.444	21.363	1.507	7.254	1.845	4.097
282 ⁽²⁾	5.328	10.289	15.890	1.723	7.372	2.240	3.158
283	2.344	7.102	4.192	1.129	4.654	4.006	2.649
291	4.672	8.920	18.444	0.681	5.564	2.954	4.740
292	6.469	9.557	8.264	0.938	4.400	0.682	3.562
298	4.093	7.462	9.857	0.738	4.472	3.318	3.957
299	4.542	7.731	10.754	0.593	4.442	3.125	4.099
300	4.614	8.924	8.976	-	5.523	1.023	3.705
301	4.869	15.657	1.234	5.485	2.485	2.465	3.989
302	4.583	8.902	22.395	1.377	6.151	2.634	4.288
303	3.849	7.631	7.007	0.952	4.457	2.914	3.370
304	5.139	9.574	10.153	1.319	5.879	1.853	3.408
305	4.206	7.902	10.753	1.136	4.864	2.580	3.656
306	4.716	8.507	14.832	1.557	7.144	3.116	3.603
307	4.642	9.287	8.970	1.673	6.153	2.274	2.918
308	3.922	7.195	6.145	0.995	5.492	2.991	3.186
309	4.359	8.161	10.336	1.238	5.605	2.823	3.509

Fonte: IBGE, tabulações especiais. Os dados brutos encontram-se com o autor; os interessados bastam solicitá-los.

Obs. (1) Os números correspondem à codificação da indústria, segundo a classificação do IBGE, a três dígitos. A respectiva denominação encontra-se em IBGE (1991)

(2) Setores pertencentes ao *centro oligopolista*.

* LN representa o log. natural da variável correspondente, definida no texto

Tabela A.2 - Nordeste: Indicadores industriais - 1985

(continua)

Setores da Indústria ⁽¹⁾	$Ln(Y_i)$	A_i	$Ln(W_{11}/W_{12})$	$Ln(K_i)$	$Ln(P_i)$	$Ln(T_i)$
001 ⁽²⁾	9.215	16.606	2.545	8.504	2.994	3.758
002	7.979	14.799	1.985	5.856	2.526	3.488
003 ⁽²⁾	15.304	16.877	3.818	12.114	1.430	4.555
101	7.287	7.667	20.43	5.129	2.676	3.505
102	7.453	5.135	1.669	5.648	2.522	2.259
104	9.148	7.654	1.557	7.883	3.047	3.191
105 ⁽²⁾	10.339	17.345	2.674	9.581	1.606	4.200
106	7.532	6.721	1.843	4.512	2.498	2.720
107 ⁽²⁾	9.915	11.681	2.020	8.687	2.516	4.052
108	7.837	8.807	2.057	6.525	2.545	3.246
109	7.745	15.317	2.270	6.856	3.339	3.866
110 ⁽²⁾	9.507	14.270	2.896	10.513	2.865	3.544
111 ⁽²⁾	11.080	17.438	3.146	11.533	1.924	3.952
112	-	-	-	-	-	-
113	7.671	9.865	2.139	4.969	3.095	3.358
114	8.618	6.084	2.228	6.244	2.317	3.266
115	7.616	10.279	2.060	5.408	3.042	3.311
116	7.150	7.684	1.625	4.612	2.317	3.212
117	8.735	1.900	1.850	6.565	2.725	2.885
118	6.977	6.211	2.502	5.056	3.039	3.124
119	7.061	16.898	1.971	5.056	3.156	3.634
121 ⁽²⁾	8.430	7.511	2.381	4.845	2.903	3.194
122	8.514	12.443	2.499	5.387	2.787	3.769
123	9.200	8.357	3.073	7.171	2.984	4.038
124	7.359	3.946	2.069	3.624	2.509	2.795
125	9.289	33.005	1.897	5.817	2.017	4.719
126	5.887	0.000	2.641	-	4.265	-
127 ⁽²⁾	7.814	0.000	1.551	1.879	1.808	-
128	7.865	13.554	2.852	6.142	3.878	3.922
129 ⁽²⁾	-	-	-	8.901	-	4.175
131	9.273	16.035	2.166	6.252	2.755	4.190
132	10.552	16.152	2.742	8.936	1.886	3.940
133	10.118	29.050	2.480	6.858	2.223	4.395
134	9.569	10.584	2.484	8.019	3.075	3.511
135	6.779	7.424	1.637	4.223	2.759	4.181
136	10.277	37.337	2.791	7.973	2.989	4.914
137 ⁽²⁾	9.865	26.209	2.882	4.321	1.390	4.407
138 ⁽²⁾	9.690	35.334	2.869	2.282	1.548	4.576
139	7.420	17.612	3.199	4.463	3.455	4.796
141	8.378	3.889	1.444	5.042	1.528	2.158
142	8.579	2.349	3.545	4.681	4.231	2.527
143 ⁽²⁾	7.237	8.303	1.862	4.902	2.783	3.351
144	7.866	10.747	2.086	4.419	2.645	3.197
145	9.855	5.311	2.355	8.418	3.016	4.369
147	7.998	-	1.994	-	1.737	-
148	8.510	21.277	1.407	5.410	1.818	2.813
149	-	-	-	-	-	-
151	6.319	3.685	1.502	4.249	2.697	2.859
152	5.652	1.183	1.770	2.969	3.083	2.164
153	7.873	6.906	1.633	5.478	2.976	2.592
154	-	-	-	-	-	-
155	5.190	16.785	1.922	1.849	3.426	5.167
156	-	-	-	-	-	-
157	-	-	-	-	-	-

Tabela A 2 - Nordeste: Indicadores industriais - 1985

(continua)

Setores da Indústria ⁽¹⁾	$Ln(Y_i)$	A_i	$Ln(W_{11}/W_{12})$	$Ln(K_i)$	$Ln(P_i)$	$Ln(T_i)$
158	7.256	-	2.152	2.094	2.471	-
161	6.521	3.580	1.699	3.942	2.952	2.869
162	7.471	9.427	2.192	4.543	3.138	3.119
163	5.347	-	0.971	-	2.937	-
164	8.581	1.593	2.187	5.022	2.447	1.746
169	6.514	1.996	2.837	0.476	3.300	3.817
171 ⁽²⁾	8.765	4.154	2.587	8.816	3.120	2.184
172 ⁽²⁾	8.417	6.997	2.198	8.604	2.737	3.379
173	8.186	6.610	2.290	5.580	2.542	2.784
174	8.909	6.948	2.033	6.100	1.921	2.813
175 ⁽²⁾	5.316	16.216	1.999	2.924	-	3.147
179	-	-	-	-	-	-
181 ⁽²⁾	8.568	17.001	2.333	5.261	1.827	4.086
182 ⁽²⁾	7.353	17.060	2.200	4.931	2.376	4.290
183	7.692	0.615	1.788	6.127	3.052	1.174
184	-	-	-	-	-	-
185	8.168	7.641	1.947	6.609	2.803	2.998
189	-	-	-	-	-	-
191	8.926	9.820	1.817	6.122	1.983	3.471
192	-	-	-	-	-	-
193	6.529	-	1.415	5.010	3.317	-
199	6.767	-	1.612	4.520	2.916	-
200 ⁽²⁾	9.765	20.798	2.365	8.722	2.143	3.821
201 ⁽²⁾	11.862	20.177	3.915	11.073	1.742	4.660
202 ⁽²⁾	11.125	2.129	5.875	9.953	4.103	4.382
203	9.524	7.658	2.180	6.127	2.499	3.690
205 ⁽²⁾	5.435	-	1.219	1.235	1.998	-
206 ⁽²⁾	9.362	19.042	2.664	3.277	1.746	3.365
207 ⁽²⁾	9.346	13.948	2.654	6.359	1.813	3.674
208 ⁽²⁾	9.291	8.784	2.494	5.525	1.435	3.573
209 ⁽²⁾	8.948	17.178	2.478	3.306	2.104	3.972
211 ⁽²⁾	8.232	12.410	-	5.076	2.359	4.474
221	8.958	12.771	1.976	5.897	1.522	2.914
222	8.024	4.199	1.935	5.072	1.798	2.841
223	6.576	2.371	1.729	3.427	2.487	2.347
231	9.357	10.112	2.807	7.156	2.423	3.645
232	6.760	5.160	1.832	4.061	2.787	3.561
233	9.387	8.800	2.263	7.138	2.114	3.448
235	7.787	10.233	1.723	6.226	2.827	3.488
236	9.746	14.060	2.150	7.384	1.852	3.726
237	-	-	-	-	-	-
239	8.682	6.941	1.849	6.098	2.246	3.155
241	8.148	6.041	1.623	5.331	1.730	2.861
242	9.927	4.736	2.076	8.561	2.348	2.596
243	10.111	7.631	2.231	8.180	1.426	3.054
244	8.116	10.947	1.857	4.121	3.269	3.367
245	12.360	0.783	10.892	1.875	1.875	3.125
249	8.121	3.195	1.844	5.911	2.211	2.236
251	8.504	10.702	1.607	4.950	2.402	3.210
252	5.431	0.000	1.545	2.354	3.082	-
253	8.474	1.500	1.736	5.851	2.303	2.028
254	6.114	0.000	1.933	3.504	3.608	-
255	7.389	7.419	1.938	4.919	2.827	3.094
256	7.743	1.773	1.678	4.305	2.563	1.966

Tabela A 2 - Nordeste. Indicadores industriais - 1985

(conclusão)

Setores da	$Ln(Y_i)$	A_i	$Ln(W_{i1}/W_{i2})$	$Ln(K_i)$	$Ln(P_i)$	$Ln(T_i)$
257	-	-	-	-	-	-
260	7.979	4.727	1.685	5.503	2.190	2.401
261	8.389	8.609	1.858	5.688	2.269	2.720
262	7.666	3.031	1.781	5.719	2.658	2.638
263	8.569	3.233	2.331	5.645	2.815	2.691
264	7.775	9.562	2.128	5.908	2.469	3.464
265	9.496	12.138	1.901	7.878	2.642	3.707
266	8.093	12.359	2.016	6.725	3.288	2.816
267	5.256	2.755	1.707	3.574	3.075	2.860
268	7.490	3.537	1.817	6.353	2.558	2.219
269	8.648	9.553	2.066	5.972	1.520	3.343
271	6.265	3.361	1.324	3.374	2.865	2.714
272	7.836	4.658	1.882	4.590	2.295	2.969
273 ⁽²⁾	10.633	8.918	2.610	9.271	2.455	3.526
274	8.148	7.275	2.159	6.277	3.044	3.187
275	7.159	-	1.890	4.778	3.836	-
281	8.403	7.728	1.702	4.336	2.779	1.947
282 ⁽²⁾	9.291	16.250	2.618	6.131	2.436	3.454
283	7.210	4.235	1.706	4.730	4.021	2.645
291	8.418	24.752	2.226	5.840	3.065	4.932
292	7.087	4.613	2.375	3.587	2.968	3.692
298	8.144	5.711	2.153	4.486	2.213	3.480
299	5.501	-	1.530	1.084	2.868	-
300	-	-	-	-	-	-
301	6.742	9.785	1.324	3.306	2.818	3.544
302	6.467	5.562	1.778	4.865	3.750	3.340
303	6.765	6.689	1.641	1.711	2.895	3.135
304	7.393	-	1.561	5.288	3.447	-
305	6.236	3.767	1.475	3.110	2.726	3.711
306	-	-	-	-	-	-
307	6.095	4.190	1.618	3.035	2.735	3.612
308	6.486	6.140	1.594	3.537	2.827	2.989
309	7.468	10.557	2.172	3.993	2.878	3.150

Fonte: IBGE, tabulações especiais. Os dados brutos encontram-se com o autor; os interessados bastam solicitá-los.

Obs.: (1) Os números correspondem à codificação da indústria, segundo a classificação do IBGE, a três dígitos. A respectiva denominação encontra-se em IBGE (1991).

(2) Setores pertencentes ao *centro oligopolista*.

* LN representa o log. natural da variável correspondente, definida no texto.

BIBLIOGRAFIA

- AMADEO, Edward, CAMARGO, J. Marcio. *Relações entre capital e trabalho no Brasil: percepção a atuação dos atores sociais*. Rio de Janeiro: PUC/Depto. de Economia, 1990. (Texto para Discussão n. 243).
- AMADEO, Edward, PEREIRA, Pedro Valls. Produtividade, custo do trabalho e parcela salarial nos ciclos recentes (1976-1985). Rio de Janeiro: IPE: PNPE, *Cadernos de economia*, n.3, 1990.
- BARBOSA, F. Holanda. *Microeconomia: teoria, modelos econométricos e aplicações à economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1985.
- BARTEL, A. P., LICHENBERG, F. The comparative advantage of educated workers in implementing new technology. *The Review of Economics and Statistics*, v.LXIX, n.910, p.1-11, 1987.
- BONELLI, R., RAMOS, L. *Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. (Texto para Discussão n. 288)
- CAMARGO, J. Márcio, GIAMBIAGI, Fábio (org.) *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- GOLDBERGER, Arthur. *Econometric theory*. New York: John Wiley & Sons, Inc, 1964.
- GUIMARÃES NETO, L. *Introdução à formação econômica do nordeste* Recife:Massangana, 1989.
- HAWORTH, C., REUTHER, C. Industrial concentration and interindustry wage determination. *The Review of Economics and Statistics*. v.LX, n 1; p.85-95; fevereiro, 1978.
- IBGE. *Classificação de atividades e produtos, matérias-primas e serviços industriais*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1991.
- KALLEBERG, Arne L., WALLACE, Michael e RAFFALOVICH, Lawrence. Accounting for labor's share: class and income distribution in the printing industry. *Ind. and Labor Rel. Rev.* v. 37, n. 3, abril, p. 386-402, 1984.
- LANGONI, C. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Expansão e Cultura, 1973.
- LANZANA, A. Evaristo T. *Diferenciais de salários na economia brasileira: uma análise do período 1963-83*. São Paulo: IPE/USP, 1987.
- MACEDO, R. B. *Salários em Teoria Econômica*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1982.
- MARINHO, Emerson L. *Transferência de renda dos trabalhadores do setor competitivo para os outros do setor oligopolizado: uma realidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, Série Teses EPGE N. 24, 1993.
- PINHEIRO, A. Castelar. *Measuring and explaining total factor productivity growth: brazilian manufacturing in the seventies*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES. (Textos para discussão n. 189, 1990).
- ROSA, Antonio Lisboa T. da. *Formação e diferenciações intersetoriais e inter-regionais da produtividade, dos salários e do excedente: o caso da indústria nordestina no contexto nacional*. Recife: PIMES/UFPE, tese de doutorado, 1992.
- _____. Segmentação da indústria e estratificação dos trabalhadores no processo de distribuição da renda do trabalho no Brasil. Belo Horizonte: ANPEC, *Anais do XXI encontro nacional de economia*, vol. 2, p. 647-666, 1993.
- SABÓIA, J. *Salários e produtividade na indústria brasileira: os efeitos da política salarial a longo prazo*. Rio de Janeiro: IPEA. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v 20, n.3, dezembro, p. 581-599, 1990.
- SAVEDOFF, William D. *Wage dynamics in urban Brazil: evidence of regional segmentation or national markets?* *Revista de Econometria* n. 2, novembro, p.161-84, 1991.
- SILVEIRA, J. D. et alii. *Estrutura industrial, emprego e produtividade na indústria de transformação cearense no período: 1960-80*. Fortaleza: IPLANCE/CAEN, 1983.
- SOUZA, Paulo Renato. *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo: Hucitec, 1980.

ABSTRACT

The main interest of this paper is to analyse the factors affecting worker's income distribution in Brazilian in one of its regions, the Northeast. Data is based on a cross sectional study where observational units are 141 different branches of industry, at a three digits disaggregation. In spite of its static nature the results of the analysis are robust enough to give support to the view that worker's income concentration is explained by labour market segmentation, technical and structural differences among contracting firms, and differences in labour union's power. Compared to the country the Northeast presents a lower level of concentration. However, mean wage is lower to all labour categories than in the country as a whole. From this can be concluded that low concentration, per se, is not a great advantage. Moreover, estimated demand for labour show that there is a latent potential for income concentration in Northeast's labour market. This is explained by the small number of vacancies and the low level of training required for opening jobs.